

**CONCEPÇÕES E PROJETOS PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA EM
PROCESSOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA - MG (1950-1970)**

Leonardo dos Santos Rodrigues¹

Resumo: No presente artigo encontram-se resultados obtidos a partir da análise dos processos da Câmara Municipal de Uberlândia voltado para a educação pública, considerando-os testemunhos valiosos da forma como essa prática social foi tratada no momento, tanto no que diz respeito às medidas neles contidas quanto ao vocabulário e hierarquização interna dos elementos tratados nos processos.

Palavras chave: Educação Pública; Processos da Câmara; Projetos.

Abstract: In this article are included results obtained with the analyses of the town hall' process about public education, thinking of them like valuable evidences about the way this social practice was settled at that moment, as in relation with the taken measures as in relation with the vocabulary and intern hierarchizing of the elements treated in the process.

Key-words: Public Education; Town hall' process; Projects.

Na pesquisa sobre as concepções e projetos voltados para a educação pública, em Uberlândia, no período entre 1950 e 1970, o alinhamento com o referencial teórico-metodológico da História Social direcionou-me para uma investigação que pensasse a educação enquanto inserida nas relações sociais. Diante do corte temporal e espacial definidos para a pesquisa, tratava-se de considerar a educação enquanto prática social inserida na sociedade de classes como parte do modo de produção capitalista. A definição de “modo de produção” parte das considerações de Edward Palmer Thompson (2001), que o considera enquanto sendo o conjunto de estratégias, experiências, formas de se relacionar e valores dos indivíduos perpassados pela divisão social em classes. Trata-se por tanto de uma abordagem que considera centrais as relações de produção, mas não as toma enquanto teleologia ou explicativas por si só, ou ainda que a base produtiva exerça um determinismo sobre a vida das pessoas e as relações cotidianas.

Uma das metas da História Social é, portanto, compreender como nas mais diferentes épocas e espaços estabeleceram-se as relações com a base produtiva.

Assim sendo, busca-se ultrapassar o determinismo econômico, no sentido de uma compreensão da totalidade da dinâmica social nos seus aspectos econômico, cultural, moral, político, etc. Estando atento a esta questão da totalidade do real, selecionei dois blocos principais de fontes: publicações da imprensa uberlandense e processos da Câmara Municipal de Uberlândia. Estes últimos constituem o foco principal do presente texto.

O período estabelecido como foco da pesquisa corresponde a um momento em que os governantes brasileiros, apoiados nos setores dominantes da sociedade, adotaram a idéia do progresso e do desenvolvimento econômico como os grandes objetivos a serem alcançados pela nação. A exemplo disso, tem-se a expansão e diversificação industrial e a construção da nova capital brasileira, a cidade de Brasília, no planalto central. A administração pública e os principais empresários e latifundiários também se orientaram, no período, pelo desenvolvimento capitalista, tanto que apoiariam o golpe militar de 1964, postura perceptível tanto na imprensa quanto em documentos do legislativo municipal, como no caso de atas da câmara de vereadores, com forte apelo aoanticomunismo (Oliveira, 2001).

Estando os níveis federal e estadual voltados para os valores capitalistas, suas respectivas constituições, no período de que trata a pesquisa, refletiam esta orientação, inclusive no que se refere à educação. Destaco em relação a isto o fato de que o Estado responsabilizava-se apenas com o ensino primário, comprometendo-se manter apenas algumas instituições de ensino secundário. Havia também a vinculação da educação com a preparação para o mercado de trabalho e estava previsto nas constituições o apoio às instituições particulares de ensino. Da mesma forma, estava determinado o auxílio às “crianças carentes” da rede pública, ficando claro que eram concebidos graus de ensino e tipos de instituição de ensino para cada camada da sociedade, estando o primário voltado para as massas, sendo este o único nível de ensino garantido pelas constituições para quem não pudesse arcar com as despesas inerentes ao estudo em escolas particulares.²

A tendência ao alinhamento da administração pública com os ideais do capitalismo observou-se também em Uberlândia. A cidade teve, por muitas décadas, nos

setores agrícola e pecuário, o centro de sua economia, de forma que o comércio e a indústria estavam voltados para o beneficiamento e comercialização dos produtos provenientes destes setores. Mas a partir de meados dos anos 1940 a cidade começava o processo de diversificação e expansão industrial, que seria favorecido e intensificado pela construção de Brasília nos anos 60. Estas mudanças não resultaram num antagonismo entre os grupos economicamente dominantes no município, pelo contrário, estabeleceram parcerias significativas em torno de interesses em comum, e muitos latifundiários investiam simultaneamente na indústria e na agricultura. Estes grandes proprietários rurais também investiram em outros setores que mantinham estreita relação com a expansão industrial e demográfica, sobretudo as imobiliárias e construtoras. Um indício destas alianças foi a criação da ACIUB, que por muitos anos foi conhecida como Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia (Oliveira, 2002).

Estes grupos economicamente dominantes protagonizavam também o cenário político, obtendo assim um controle estratégico da administração pública que permitia, por exemplo, o estabelecimento de isenções de impostos para as indústrias que se instalassem na cidade. A exemplo disso, a proposição de lei nº 35/68 que concedia isenção de impostos para as indústrias que se instalassem na Cidade Industrial de Uberlândia, ou já instaladas, até o ano de 1973 (CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1968). Mais especificamente no que se referia à educação isso levou à adoção de uma concepção classista da mesma, com a especificação de tipos de instituição e graus de ensino para cada camada social.

Uma concepção classista, mesmo em se tratando do setor público, não foi uma particularidade do município de Uberlândia; muito pelo contrário, muitas das medidas praticadas na cidade, visíveis nos processos da Câmara Municipal, tinham respaldo constitucional. A partir da consulta às constituições mineira, dos anos de 1946 e 1957; e federal dos anos de 1946 e 1967, percebe-se uma correspondência muito grande entre os objetivos, projetos e concepções associados à educação de uma constituição para outra, e também com os documentos referentes ao município de Uberlândia.

No caso da constituição federal de 1946 destaco que já havia menção à educação como direito de todos considerada enquanto prática que se desenvolvia para além dos muros escolares. A educação estava incluída no “Título VI – Da família, da educação e da cultura”, merecendo destaque os seguintes artigos:

Art. 168- A legislação do ensino adotará os seguintes princípios:

- I - o ensino primário é obrigatório e só será dado na língua oficial;
 - II - o ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo- à para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos;
- Art. 169- Anualmente, a União aplicará nunca menos de dez por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os municípios nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
- Art. 172- Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar (Brasil, 19--: 56, 57).

O governo federal determinava que disponibilizar o ensino primário gratuito era obrigação do Estado, a ser encaminhada sobretudo pelos estados e municípios, mas no caso do ensino secundário, seria gratuito apenas para aqueles que comprovassem insuficiência de recursos para cursá-lo na rede privada. Desta forma, predominava estabelecimentos de ensino público voltados para o primário, tendência observável em Uberlândia, o que aponta para uma definição do primário enquanto grau de ensino de que necessitava a maioria da população, ou seja, o nível de ensino suficiente para as classes trabalhadoras. Em decorrência disso a constituição já estabelecia o auxílio às crianças carentes apontando como condição para a permanência destas crianças na escola e sua “eficiência” escolar.

Os processos da Câmara foram analisados de forma a considerar as informações textuais que traziam: o vocabulário, a disposição dos elementos em cada página ou ao longo do processo como um todo, estando atento a possíveis hierarquizações das medidas a serem tomadas. O objetivo desta análise aprofundada era perceber as concepções inerentes a estas fontes, e conseqüentemente aos grupos envolvidos na sua elaboração, ocupantes dos cargos públicos, e também visualizar as medidas efetivamente tomadas.

Parte dos processos consultados dizia respeito às propostas orçamentárias elaboradas para cada ano e às prestações de contas dos anos decorridos. Foi levada em consideração a estruturação das propostas orçamentárias merecendo destaque o fato de que ao longo do período a que se refere a presente pesquisa, a educação pública estava incluída em um macro campo intitulado “Serviço de Educação e Saúde”. Isto mostra a permanência da vinculação entre moral, religião, educação e saúde enquanto áreas interdependentes, elaborada ainda no período em que o país foi governado por Getúlio Vargas.

Dentro deste campo existia o subtítulo “Educação Pública”, sendo uma das suas áreas de gastos “Manutenção de alunos pobres em estabelecimentos de ensino” que dizia respeito a bolsas de estudo custeadas pela prefeitura, de forma que alunos considerados pobres, e que preenchiam a determinados requisitos, estudavam em escolas particulares. Esta organização das propostas orçamentárias foi mantida até o final da década de 60 e mostra que os limites entre os setores público e privado diferiam dos padrões contemporâneos. O dinheiro reservado para as bolsas era direcionado às instituições particulares, e mesmo assim estes gastos eram incluídos em “Educação Pública”.

Já o auxílio aos caixas escolares, sendo eles fundos mantidos em escolas públicas para compra de materiais e uniformes para crianças carentes, estava incluído em “Segurança Pública e Assistência Social”. Daí conclui-se que esta despesa no orçamento não era considerada pertencente ao campo da Educação Pública, e nem era tida como uma obrigação do Estado, pois, vinha rotulada como “auxílio”, ou seja, encarada como beneficência. Existe implícita nesta forma de elencar as despesas do município também a concepção de carência como perigo para a “sociedade”; não por acaso, o dinheiro destinado a auxiliar as crianças “carentes” na compra de seus materiais e uniformes está inserido na área de Segurança Pública e Assistência Social.

Na proposta orçamentária para o ano de 1950 foram destinados Cr\$ 15.000,00 para o auxílio às caixas escolares, divididos entre os grupos escolares Bueno Brandão, Dr. Duarte e Cel. Carneiro. Já o gasto previsto com a manutenção de “alunos pobres” em escolas particulares foi orçado também em 15 mil cruzeiros divididos para três colégios: Colégio Nossa Senhora das Lágrimas, Colégio Brasil Central e Escola Técnica de Comércio; encontrando-se inserido no campo da Educação Pública, o que não deixa de ser curioso, visto que as verbas iriam para instituições particulares, além de atender número reduzido de alunos. O total proposto para a educação pública foi de 1.136.480 cruzeiros, ao passo que em 1948 teriam sido gastos 583.422,20 cruzeiros.

O pagamento dos trabalhadores da educação também era apontado nas propostas, divididos nos grupos de “Pessoal Fixo” e “Pessoal Variável”. Existiam as categorias de “Professoras diretoras”, que receberiam, de acordo com o orçamento para 1950, Cr\$ 7.200,00 ou Cr\$ 6.400,00; “Professoras de escolas urbanas”, a Cr\$ 6.000,00 ou Cr\$ 7.200,00; “Professoras de escolas rurais”, com as duas opções de pagamento

anteriores. Serventes de escolas primárias estavam incluídas no pessoal variável, com pagamentos de 3.000 cruzeiros ou de 3.400 cruzeiros. Interessante notar que o texto das propostas trouxe, no período a que se refere a pesquisa, exclusivamente o termo “professoras”, refletindo a predominância das mulheres nesta área, sobretudo nos níveis primário, secundário e complementar aos quais se referem os valores acima.

Apenas pela proposta orçamentária não é possível determinar os critérios para esta diferenciação de valores, mas consta que seguiam uma classificação prevista na legislação. Os gastos com a educação, bem como com outras áreas, eram enumerados detalhadamente nas propostas orçamentárias, no caso deste processo de 1949, por exemplo, estavam previstos 20.000 cruzeiros para a “manutenção dos prédios escolares”, 60.000 para a construção dos mesmos, e 5.000 para a conservação de móveis e utensílios (CAMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1949).

O auxílio às caixas estava incluído também na proposta orçamentária para 1955, que mantinha este gasto no quadro da “Segurança Pública e Assistência Social”, ao invés da área de educação. Já o quadro de vencimentos dos trabalhadores sofrera algumas modificações; além do aumento dos salários, mais ou menos duplicados se comparados à proposta para 1950, há diferenças na classificação, os serventes foram incluídos no pessoal fixo, e existem as gratificações e abono familiar. O total fixado para a educação pública foi de 3.875.800,00 cruzeiros, ao passo que no ano de 1954 foram gastos 2.137.510,00 cruzeiros. A receita para o ano todo foi fixada em Cr\$ 20.000.000,00, de forma que, o gasto fixado para a educação atingiria 19,4% do orçamento, próximo do valor estipulado pelas constituições federal e estadual (CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1955)

A documentação analisada não aponta para mudanças significativas do ponto de vista qualitativo na passagem da década de 50 para a de 60, de forma que houve transformações substancialmente quantitativas, que não alteraram, no geral, a forma de conceber a educação pública. O auxílio às caixas escolares, por exemplo, fora mantido e continuava incluso nos gastos de “Segurança Pública e Assistência Social”.

Em proposta orçamentária para o ano de 1960 foi fixado um total de Cr\$ 66.450.000,00 para a despesa do ano e o documento estudado trazia uma discriminação minuciosa da destinação dos recursos em uma extensa planilha. Para a educação seriam destinados 12.325.200 cruzeiros, ou seja, 18,5% da receita, abaixo da porcentagem

determinada pelas constituições federal e estadual. Em se tratando dos dois itens até então destacados, o auxílio aos caixas escolares das escolas públicas e as bolsas de estudo em instituições privadas, um primeiro ponto que discuto aqui diz respeito às áreas em que estas medidas estão encaixadas. No caso da contribuição aos caixas, são destinados Cr\$ 60.000,00 cruzeiros, e está incluída no tópico “Segurança Pública e Assistência Social”. No caso das bolsas, o valor é de Cr\$ 200.000,00, e continuam incluídas nos gastos com “Educação Pública”.

Mais adiante, na pasta do mesmo processo, havia ainda outra tabela comparando os gastos do exercício de 1958 com a proposta para 1960, de forma que existem apenas pequenas alterações de caráter quantitativo (CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1960a.) Uma informação relevante é a de que a bolsa de estudos era destinada a cinco escolas da cidade, de forma que cada uma receberia Cr\$ 40.000,00, importância inferior àquela recebida por cada uma das escolas pública para seus caixas escolares, no caso Cr\$ 7.500,00. O número de escolas que recebiam o auxílio para os caixas é menor que o número de instituições privadas cadastradas para as bolsas, e o valor total gasto com cada um dos programas segue a mesma proporção. Isso remete ao maior incentivo à iniciativa privada e ao pequeno esforço em prol de transformações mais significativas das condições de vida das crianças pobres, sobretudo porque suponho que as caixas escolares beneficiavam um número maior de alunos, mas recebiam valor muito menor. Notei também que, de acordo com processo de 1954, anteriormente citado, as caixas escolares recebiam Cr\$ 8.000,00, e em 1960 o valor era de Cr\$ 7.500,00, embora mais escolas fossem atendidas.

Vale salientar que na maioria dos processos de prestação de contas, e mesmo em propostas orçamentárias, o total destinado à educação ficava abaixo dos 20% determinados pelas constituições federal e estadual. A tabela a seguir permite uma visualização desta tendência no decorrer das décadas de 50 e 60:

Tabela 1- Valor destinado à educação nas propostas orçamentárias

Ano	Total previsto	Destinado à educação	Percentual para a educação
1950	Cr\$ 6.650.000,00	Cr\$ 1.136.480,00	17,1%
1955	Cr\$ 20.000.000,00	Cr\$ 3.875.800,00	19,4%

1960	Cr\$ 66.450.000,00	Cr\$12.325.200,00	18,5%
1971	NCr\$ 7.776.000,00	NCr\$ 812.618,75	10,5%

Pelos processos que tratam do quadro do funcionalismo público da cidade podem-se levantar interessantes hipóteses sobre a importância dada para cada categoria profissional e para cada área dos serviços públicos.

Os valores monetários não dizem tudo, mas mantêm íntima relação com o valor socialmente atribuído às profissões e às áreas a que se relacionam. Em processo do ano de 1966 foram fixados os salários dos servidores públicos que valeriam a partir do ano seguinte. Na justificativa do projeto de lei, assinada pelo Prefeito Raul Pereira Rezende, há referência a um aumento de 91% para os chefes dos serviços públicos, e de 60% para os demais servidores, de forma que já estavam previstos reajustes e que se tratava de uma resposta também à elevação do custo de vida:

Diga-se, de passagem, que o funcionalismo nunca teve um padrão de vencimento condizente com a realidade e o teto firmado para 1967 virá apenas como medida paliativa, já que a elevação dos preços das utilidades corroerá rapidamente o poder aquisitivo do servidor (CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1966).

O Chefe do Serviço de Educação e Cultura receberia, anualmente, 3.600.000,00 cruzeiros; as diretoras, não mais agrupadas às professoras, receberiam mensalmente Cr\$ 105.000,00; as professoras Cr\$81.000,00, Cr\$85.000,00 ou Cr\$ 90.000,00; e as serventes, contratadas ou não, receberiam por mês Cr\$50.000,00. Os chefes dos demais serviços receberiam o mesmo valor, a diferenciação entre professoras e diretoras cresceu em relação a anos anteriores, e as serventes continuaram a receber os soldos mais baixos. Note-se que os oficiais administrativos tinham três valores de pagamento mensais diferentes, 130.000, 134.000 e 139.000 cruzeiros; os auxiliares administrativos por sua vez, 120.000, 122.000 e 125.000, ou seja, todos eles mais bem pagos que os professores, ou mesmo as diretoras.

Em se tratando dos salários dos professores também percebi uma desvalorização em relação a outros servidores. Assim, dentro da própria seção de Educação e Cultura um motorista receberia Cr\$ 150,00 mensais e os professores da categoria C3, os de salário mais elevado dentro a categoria, receberiam Cr\$110,00. Professores C2 teriam pagamento de Cr\$ 85,00, categoria C1 o valor de Cr\$ 81,00. Havia ainda uma categoria

sem denominação recebendo Cr\$ 65,00, pouco mais que o estabelecido para serventes, no caso Cr\$ 50,00. Mesmo as diretoras, que aqui também estão separadas das categorias de professoras, receberiam dez cruzeiros a menos que um motorista. Tanto os cargos de professor quanto de diretor são redigidos no feminino, como nos processos anteriores (CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1968).

Pela análise da proposta orçamentária para 1971 é possível perceber a permanência de muitos elementos apontados nos processos do período de 1950 a 1970. A receita fora orçada em Cr\$ 7.776.000,00, de forma que as despesas seriam de igual valor. A forma de distribuição dos serviços mudou, de forma que dentro do item IV – Secretaria Municipal de Ação Social existem as seções de Educação e Cultura, para qual foram destinados Cr\$ 812.618,75; de Turismo e Proteção; de Bem estar social; e de Assistência Social. Dentro desta secretaria, a Seção de Educação e Cultura foi aquela para a qual foram destinados mais recursos, alcançando 10,5% do orçamento, representando uma diminuição em relação a outros anos, pelo menos em se tratando de percentual(CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1970.)

Havia também processos tratando especificamente dos auxílios aos caixas escolares, de forma que a prática de manter tal fundo nas escolas é anterior ao período de 1950 a 1960, como se percebe numa matéria do jornal “A Tribuna”:

Uma das mais salutareas instituições que é mister que sejam mantidas nos centros de ensino público primário, é sem dúvida a “caixa escolar” cuja finalidade de um altruísmo incomparável é atrair a criança pobre para o grupo escolar e ali mantê-la convenientemente (A TRIBUNA, 1934).

No artigo do jornal a caixa escolar não se constitui em política pública, ou mesmo obrigação do Estado, associa-se a uma caridade, favor prestado. A contribuição às caixas da parte do governo municipal, questão aborda em parte dos processos com que tive contato, também era tratada num tom semelhante. Outra questão que destaco diz respeito à forma de nomear os atendidos pela iniciativa, no caso, “a criança pobre” a ser atraída e mantida no grupo escolar.

Nomear indivíduos, grupos ou classes é prática social extremamente significativa, diz muito das relações sociais, e é uma questão que nós historiadores não podemos ignorar, seja na análise dos documentos, seja na escrita historiográfica. Déa Felon comenta o quanto estas questões são complexas e essenciais, de forma que ela

destaca, em sua discussão, “cultura popular” e “classe”.³ No caso da presente pesquisa, são questionamentos significativos: Quem são os pobres? Sob que bases se sustentava a delimitação dos pobres e os que não são? Fica claro que são definições exteriores, formuladas por pessoas diferentes daquelas a quem são aplicadas, ou seja, não se trata de uma autoafirmação dos alunos que estudavam naquelas escolas ou de seus familiares.

Da mesma forma a pobreza aparece como condição imutável e intrínseca, não se pensa nas suas origens na organização sócio-política vigente, no máximo ela é associada a uma incapacidade dos pais para sustentar de forma digna as crianças. No ofício da escrita historiográfica torna-se complexo denominar estas pessoas, pois variavam as condições socioeconômicas dos frequentadores das escolas públicas, sobretudo se lembrarmos que a E.E. de Uberlândia não recebia auxílio à caixa escolar, o que sugere que esta instituição não a possuía, ou que seus alunos não necessitavam de tal serviço beneficente.

Um processo da Câmara Municipal de Uberlândia, do ano de 1954 tratava do auxílio aos caixas escolares ainda de três instituições de ensino, como ocorria na proposta orçamentária para 1950, mas com uma elevação de 3.000 cruzeiros no valor estabelecido:

Art. 1º- Fica concedido para o próximo exercício, a cada uma das Caixas Escolares dos Grupos "Bueno Brandão", "Dr. Duarte" e "Cel. Carneiro", desta cidade, um auxílio de Cr\$8.000,00(oito mil cruzeiros).

Art. 2º Por dotações próprias do orçamento de 1955 ocorrerá o pagamento de auxílios a que se refere o artigo anterior. (CAMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1954).

Destaco em relação a este documento, o caráter assistencialista dessa prática, de repasse de verbas para os caixas escolares, e que, portanto, abria poucas possibilidades de alteração das condições sociais e relações de poder que colocavam aqueles alunos na condição de pobreza, ainda que fosse mais abrangente que a prática das bolsas de estudo mencionadas acima. Acredito que o auxílio para compra do uniforme e do material escolar tivesse pouco efeito sobre outros elementos das condições de vida destes alunos e de seus familiares, como no caso do alto custo de vida, mencionado em periódicos, mas também em documentos oficiais. A prática do auxílio aos caixas escolares tinha sido naturalizada e era tratada já como tradição, o que era apontado inclusive como justificativa para manutenção da mesma:

Os auxílios previstos no projeto de lei vêm sendo concedidos anualmente por este município e já constam da proposta orçamentária para o próximo exercício.

(...)

Envio anexo, o projeto de lei que se aprovado por essa Câmara, autorizará o auxílio de Cr\$ 8.000, 00 (oito mil cruzeiros) a cada uma das Caixas Escolares dos Grupos Estaduais desta cidade, que vem sendo concedida há vários anos, como ajuda aos estudantes pobres desses estabelecimentos (CAMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1954).

No processo da Câmara municipal comentado anteriormente, referente aos caixas escolares, o auxílio é concedido pelo município a escolas que estavam sob a responsabilidade do estado de Minas Gerais; por mais que, a verba não tenha sido, segundo o texto do documento, direcionada às despesas da escola, mas sim para possibilitar a frequência dos alunos pobres, percebo que o governo estadual parecia não ter esta mesma preocupação.

A partir do ano de 1956, além das escolas estaduais, três grupos escolares municipais receberiam também a contribuição, de forma que, na justificativa do projeto, afirmava-se estar atendendo, “por princípio de equidade e justiça, os reclames das Diretoras dos Grupos Escolares Municipais” (CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1955). O valor destinado às caixas foi fixado em Cr\$ 10.000,00, visto que os vereadores foram contrários a qualquer redução, independentemente do aumento do número de escolas atendidas, e decidiram pelo aumento também dos valores.

Uma proposição de lei da Câmara de outubro de 1958 estendia a mais quatro escolas a contribuição para os respectivos caixas escolares. Foram adicionadas as escolas Bom Jesus, Padre Anchieta, Honório Guimarães e Governador Valadares; receberiam cada uma das escolas a importância de Cr\$ 7.500,00, e o Ginásio de Uberlândia continuava a ser a única escola pública estadual a não receber o auxílio. A Comissão de Educação e Saúde expôs parecer favorável à proposição de lei argumentando que “o projeto é justo e reproduz providências já adotadas em anos anteriores, de forma que a sua aprovação é, pode-se dizer, um ato de rotina.” (CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLANDIA, 1958) Agindo desta forma, o legislativo local naturalizava tal tratamento dispensado aos alunos carentes justificando-o enquanto elemento consuetudinário, ocultando aí a tendência à manutenção das relações sociais e da restrição do acesso a recursos de várias naturezas para certas camadas da sociedade.

Nas “Exposições Justificativas”, texto assinado pelo prefeito Afrânio Rodrigues da Cunha, lê-se o seguinte: “Dia a dia a frequência escolar vai alcançando a população menos favorecida, disso resultando uma maior necessidade de suprimento de material escolar, uniforme, calçados, para os alunos pobres de nossos Grupos Escolares.”(CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1958.) A diferença básica entre as justificativas da comissão e do prefeito consiste no fato de que no primeiro, a contribuição para os caixas é associada a uma tradição, e por isso deveria ser mantida e estendida a mais escolas; ao passo que no caso do prefeito tem centralidade o argumento de que houve um aumento na demanda pelo ensino público, significando mais alunos “menos favorecidos” nas escolas. A questão é que não há menção às razões que colocam estas crianças na condição de pobres, e a medida tampouco se destina à superação da pobreza, limita-se a aliviá-la.

Na década de 1960, no que diz respeito ao auxílio aos caixas escolares das instituições públicas, houve significativo aumento do número de escolas incluídas, mas o valor destinado ao programa caiu de 60 para 50 mil cruzeiros em relação á proposta orçamentária para 1960. Segundo projeto da Câmara, o Executivo estava autorizado a auxiliar as caixas escolares, de forma que estavam incluídas 17 delas, sendo 11 grupos, três “escolas reunidas”, uma escola municipal, e duas caixas de escolas distritais; em Cr\$ 50.000,00, medida que constaria no orçamento para 1964. (CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1963.)Se no caso das escolas estaduais havia desde muitas décadas as caixas escolares, que visavam auxiliar aos alunos pobres para que se mantivessem estudando, no caso das escolas municipais houve a distribuição de itens específicos, como no caso de um processo de 1960 que tratava da distribuição de calçados e uniformes. Os artigos seriam destinados especificamente para escolas municipais, e o critério de distribuição seria estabelecido em função do nível de necessidade dos alunos, de forma que não havia garantia de distribuição a todos os estudantes. O valor inicialmente proposto para a compra dos uniformes e calçados era de Cr\$ 2.000.000,00, mas foi aumentado para Cr\$ 4.000.000,00 a pedido da comissão de Educação e Saúde, e a distribuição dos artigos ficaria a cargo do Serviço de Educação e Saúde.

Para o ano de 1968 foram listadas 28 escolas, aumento relacionado à inclusão de escolas municipais distritais no programa. O valor a ser destinado a cada uma delas seria de cinquenta cruzeiros novos. Uma comparação com os anos anteriores em termos

de valores torna-se relativamente difícil em função dessa mudança de moeda (CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA,1968). A tabela a seguir traz a relação dos valores destinados pela prefeitura ao auxílio aos caixas escolares, incluindo o número de escolas atendidas:

Tabela 2- Auxílio aos caixas escolares

Ano	Nº de escolas atendidas	Valor destinado a cada escola em Cr\$	Total destinado ao auxílio em Cr\$
1950	3	5.000,00	15.000,00
1954	3	8.000,00	21.000,00
1956	6	10.000,00	60.000,00
1958	7	7.500,00	52.500,00
1960	8	7.500,00	60.000,00
1963	17	50.000,00	850.000,00
1967	21	50.000,00	1.050.000,00
1968*	28	50,00	1.400,00

(*) No ano em questão houve alteração da moeda corrente, de forma que o cruzeiro foi substituído pelo cruzeiro novo (NCr\$), sendo que um cruzeiro novo valia cerca de 1.000,00 cruzeiros.

Conforme apontei anteriormente, a concessão de bolsas para manutenção de alunos pobres em instituições particulares de ensino foi prática que perpassou o período de que trata a pesquisa e boa parte dos processos analisados tratava disso. Tanto pelo número de alunos atendidos por escola quanto pela quantidade de escolas envolvidas percebo que o impacto quantitativo desta prática não era suficiente para uma transformação social significativa. Tratava-se apenas de deslocar das escolas públicas aqueles alunos que, apesar da pobreza, identificada nas fontes como incapacidade dos pais no sentido de promover a qualidade de vida dos filhos, conseguiam destacar-se e ter bom aproveitamento. Os novos ambientes frequentados por estas crianças eram ideologicamente marcados pelas concepções destes grupos dominantes, como o anticomunismo que, conforme observamos, orientou inclusive a criação de escolas confessionais na cidade.

Estes sujeitos provavelmente cresceram acreditando naqueles ideais, e mais tarde, almejariam um estilo de vida igual àquele de seus colegas ricos. Almejariam profissões como as de médico, advogado, jornalista, político, etc., e provavelmente sua “lealdade ideológica” se concentraria nos grupos dominantes, pois estariam mais convencidos da possibilidade de ascensão social pelo mérito e esforço individuais. Dificilmente se tornariam pessoas preocupadas com uma reordenação social, ou engajadas em modificar as condições de vida do grupo a que pertenceram. Pessoas pobres só costumam se tornar famosas, aparecer nos meios de comunicação, na medida em que conseguem superar a pobreza por conta própria, e também apenas no seu caso particular. Este é um dos poucos casos em que a “origem humilde” de alguém é ressaltada, poucos ganham notoriedade por representar sua classe, seu bairro, ou por buscar melhorias coletivas.

Pois bem, Antônio Gramsci discute a questão da função dos intelectuais nas mais diferentes configurações sociais, afirmando que não se pode associar automaticamente a atividade intelectual a uma classe social, é preciso investigar cada contexto, perceber suas filiações, o papel que desempenham. Ora, no mundo capitalista o autor afirma que um dos êxitos da burguesia vem sendo o de concentrar os intelectuais em suas linhas, o que seria significativo para a construção de hegemonias (Gramsci, 1978). Ao levar os alunos pobres que se destacavam para um ambiente marcado pelos interesses e concepções das elites é também meio de garantir que futuramente, em sua atuação profissional, eles defenderão justamente estes interesses, independentemente de ocuparem cargos que sejam classificáveis como atividade intelectual. Insistir na idéia de ensino público enquanto preparação para o mercado de trabalho, formação de mão-de-obra, por sua vez, reflete o esforço da elite local no sentido de separar os que pensam dos que executam.

No ano de 1954 a contribuição para a manutenção de bolsistas em escolas particulares era destinada a três instituições: Colégio Nossa Senhora, Colégio Brasil Central e Liceu de Uberlândia, recebendo cada uma Cr\$ 25.000,00. Os requisitos para preenchimento das vagas para bolsas tornavam prioritários os alunos com insuficiência de recursos da família, que precisava ser comprovada, fosse ela originária de um número elevado de membros ou da pouca remuneração; portadores de atestado de bom comportamento emitido pela escola em que cursou o primário; aqueles que tivessem o

“desejo” de ser normalista ou contabilista; bem como os que tivessem cursado o primário nas escolas mantidas pela prefeitura. Não havendo candidatos interessados no curso normal ou de contabilista, seriam recebidos no ginásial, que era intermediário ao nível superior. Estes termos faziam parte do parecer da Comissão de Educação e Saúde ao projeto de lei que propunha o aumento do valor destinado às escolas que recebiam bolsistas, de forma que a comissão afirmava que quanto maior o número de alunos atendidos melhores as perspectivas para o futuro, pois seria caminho para uma população instruída, condição satisfatória para a pátria.(CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA,1954).

O aumento da contribuição passou a ser cogitado depois que a diretoria do Colégio Nossa Senhora declarou não mais poder manter 12 alunas pelo valor de Cr\$ 10.000,00 anuais, de forma que solicitava um aumento para doze mil cruzeiros, ou a diminuição do número de bolsistas atendidas para nove alunas. Como as dotações orçamentárias não previam o aumento, a solicitação foi encaminhada para análise na câmara de vereadores, que aproveitou a ocasião para conceder aumento a todas as escolas que recebiam bolsistas, que passariam a receber então os Cr\$ 25.000,00. Também foram incrementados os requisitos para aceitação de bolsistas, reafirmando a inclusão de filhos de funcionários públicos municipais, preferencialmente aqueles de família numerosa, já empreendida desde 1949, além de enfatizar a necessidade de comprovação do bom comportamento e rendimento dos candidatos. (CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1954b). As determinações deste processo valeriam até 1958, quando o número de escolas que recebiam bolsistas passou de três para cinco, e o valor destinado a cada uma delas de Cr\$ 25.000,00 para Cr\$ 32.000,00, aumento justificado pela elevação do custo de vida na cidade.

Um processo do ano de 1962 inclui uma escola a mais em relação a 1961, mas traz detalhadamente regras do funcionamento do programa de bolsas e nivela em Cr\$ 120.000,00 o valor destinado a cada uma delas:

Art. 1º- Ficam elevadas para Cr\$120.000,00 (Cento e vinte mil cruzeiros) as importâncias destinadas pela Lei 990, de 07 de dezembro de 1961, à manutenção de alunos nos colégios Nossa Senhora, Liceu de Uberlândia, Conservatório Municipal, Ginásio Cristo Rei e Instituto Tereza ValséPantelini.

Art. 2º- Os estabelecimentos beneficiados, para receberem as cotas que lhes cabem, deverão apresentar relações dos alunos bolsistas, contendo filiação,

condição financeira de seus pais ou responsáveis e boletim de aproveitamento do último ano cursado.

Art. 3º- O Prefeito, na sua prestação de contas anual, deverá juntar os documentos constantes do artigo anterior e cópia fiel dos registros exigidos pelo Artigo 4º da presente lei, como indicação para aprovação das mesmas.

Art. 4º- A prefeitura manterá um livro de registro de solicitações bolsas, que deverão ser requeridas conforme a legislação municipal em vigor, no qual serão registrados: nome do candidato, filiação, idade, média escolar do último ano cursado, número de irmãos do sexo masculino, número de irmãos do sexo feminino, profissão e salário de seus pais ou tutores.

Art. 5º- Terão preferência para receber as bolsas;

1º- O candidato em cuja família haja maior número de filhos vivos;

2º- A menor capacidade financeira dos pais ou tutores do candidato;

3º- O melhor aproveitamento escolar do candidato no último ano cursado;

4º- A ordem de entrada, sob protocolo, do requerimento do candidato, solicitando a bolsa (CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n.1666, projeto n. 1380. 1962.).

O maior cuidado na elaboração dos textos legais, evidente pelos detalhes, talvez esteja ligada à crescente burocratização da administração da educação pública, ou ainda a uma maior pressão da parte do governo estadual.

Com o estabelecimento do valor de duzentos mil cruzeiros para cada escola, o total gasto com as bolsas aumentou, do ano de 1961 para o de 1962, em Cr\$ 420.000,00, aumento em pouco espaço de tempo inédito até então, constituído relevante aumento de gastos de dinheiro público com um programa que beneficiava poucos alunos e era interessante para as instituições. Consta ainda no mesmo projeto:

§ Único - A ordem estabelecida no presente artigo preside o critério de distribuição das bolsas, devendo o item primeiro prevalecer sobre o segundo e assim também com relação aos demais.

Art. 6º- Somente uma bolsa poderá ser concedida a uma mesma família.

Art. 7º- O colégio que recusar atender bolsas nos termos desta lei terá suspensos os pagamentos previstos na mesma lei em seu favor.

Art. 8º- Fica o senhor prefeito autorizado a abrir crédito suplementar á dotação própria no valor de Cr\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil cruzeiros) para fazer face á diferença autorizada pela presente lei (CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1962).

Outros aumentos aprovados tanto para a contribuição para os caixas escolares quanto para as bolsas escolares, em projetos de anos anteriores, foram menores, e principalmente, as alterações eram feitas ao final de cada exercício, de forma a constar na proposta orçamentária para o ano seguinte. No caso do processo acima parece ter havido uma urgência na concessão do aumento, de forma que o Prefeito precisaria abrir crédito para completar o valor estabelecido. O documento não traz maiores

esclarecimentos sobre os motivos para o valor dos aumentos ou sobre a urgência de aprová-los.

Já em processo do ano de 1962, constava que o valor a ser destinado às escolas do programa de bolsas era de Cr\$120.000,00. Em processo do final de 1963, já se falava num aumento de Cr\$ 200.000,00 para Cr\$ 250.000,00 sobre o valor a ser recebido por cada instituição:

O aumento de Cr\$ 200.000,00 para Cr\$ 250.000,00 proposto pelo Sr. Prefeito Municipal ... é pequeno diante do crescimento do custo de vida em 1963, o qual, mesmo nos cálculos mais otimistas, deverá ser superior a 70% (setenta por cento). (CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1963).

Na versão final do projeto, datada de 22 de novembro de 1963, consta que o valor a ser destinado ao programa de bolsas era de Cr\$1.800.000,00, divididos entre seis instituições, totalizando Cr\$ 300.000,00 para cada uma delas. As escolas incluídas eram: Colégio Nossa Senhora das Graças, Brasil Central, Instituto Irmã Tereza Valse, Liceu de Uberlândia, Conservatório Municipal e Ginásio São Judas Tadeu; o documento também definia que as escolas deveriam aceitar pelo menos doze alunos indicados pela prefeitura, o que reforça meu argumento de que o número de alunos beneficiados com essa medida era muito pequeno. Além disso, o aumento da verba considerado, ao final do texto do documento, “justo e até modesto”, não foi acompanhado por um aumento do número mínimo de alunos a serem aceitos nos colégios. A Comissão de Finanças, Justiça e Legislação manifestou-se favorável ao projeto. Já a Comissão de Educação e Saúde, em seu parecer, questionava porque o Instituto Irmã Tereza Valse já recebia Cr\$ 100.000,00 em outro programa de subsídios, e discordava da inclusão do Conservatório Municipal já que ele não poderia ser considerado como escola de curso superior. Apesar destas ressalvas, esta última comissão também era favorável aos valores estabelecidos para a manutenção de alunos carentes em instituições particulares.

De acordo com Júlio César Teodoro e José Carlos Araujo, o Instituto Irmã Teresa Valsé foi instalado na cidade de Uberlândia em 1959, sob a responsabilidade da Congregação das Irmãs Salesianas, de forma que o recorte temporal dos autores vai até o ano de 1971, quando a escola passou a aceitar matrículas de meninos. (ARAJO; TEODORO, 2009: 341-363) Os autores afirmam que no período em questão a tradição

educacional católica ainda era muito influente em Uberlândia, contemporânea ao crescimento econômico e industrial da cidade, quadro que teria sido favorável à expansão do ensino privado no município. O Instituto teria sido concebido enquanto instituição sem fins lucrativos, mas para a “sobrevivência” financeira da escola foram estipuladas mensalidades que variavam de acordo com a renda das alunas.

Selmane Oliveira, ao tratar das posições políticas em confronto na cidade de Uberlândia, destaca a existência de políticos com algum diálogo com o Comunismo, mas que eles eram minoritários, e que o anticomunismo fora postura predominante na cidade, tanto entre políticos quanto na imprensa local, sobretudo no caso do jornal “Correio de Uberlândia”. Ora, a vinda das irmãs salesianas à cidade de Uberlândia, ainda na década de 30, parece ter atendido também a este princípio:

A primeira comunidade missionária a sair da diocese de Campinas e do Estado de São Paulo, foi a de Uberlândia. Esta cidade mineira, conhecida em todo Brasil pela infiltração comunista, foi inicialmente trabalhada por nove Irmãs Missionárias, que deixaram a casa mãe em 3 de fevereiro de 1932. (CRESCENTINI apud RAMOS & INÁCIO FILHO, 2002: 68).

Ao se declarar como instituição filantrópica, o Instituto Irmã Tereza Valsé tinha maior acesso às subvenções e auxílios fornecidos pelo poder público municipal; a instalação da escola na cidade teria sido incentivada, pois representaria uma contribuição para a formação de mão-de-obra na cidade, pois era recorrente a afirmação de que a cidade tinha um déficit em termos de qualificação profissional, ao mesmo tempo em que contribuiria para a melhoria da infraestrutura no bairro Brasil.

O incentivo dado às instituições privadas, por outro lado, continuava a ser ponto crucial na forma como o município lidava com a educação. Em projeto do ano de 1964 esteve em discussão o repasse de Cr\$ 300.000,00 para o Ginásio Presidente Kennedy, inaugurado naquele ano e que, de acordo com o texto de justificativa do projeto, viria a enriquecer o patrimônio educacional de Uberlândia:

Uberlândia, pelos seus legítimos representantes, e que jamais faltou com a colaboração e estímulo a iniciativas desse porte, não poderia de forma alguma ficar omissa, quando se tem em vista a carência do mesmo no tocante às suas instalações. (CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1964).

No projeto de lei consta ainda que seria aberto crédito especial para atender àquela despesa, de forma que os recursos seriam adquiridos a partir da suspensão da compra de um trator prevista no orçamento para aquele ano. Ou seja, o dinheiro que seria destinado ao trator, seria repassado para uma instituição privada de ensino, devido à carência de suas instalações e ao “bem” que representaria para a instrução no município. O projeto foi aprovado, mas uma emenda diminui o valor da contribuição para Cr\$100.000,00.

Neste sentido, a concessão de bolsas de estudos foi mantida para o ano de 1967 e as condições para a mesma foram expostas na proposição de lei nº 20/69. As bolsas seriam distribuídas pelo prefeito municipal após análise dos requerimentos escritos a serem feitos pelos candidatos às bolsas; seriam concedidas por apenas um ano; os candidatos que já fossem bolsistas teriam preferência; alunos reprovados não teriam direito à bolsa; e o cadastro dos bolsistas seria enviado à Câmara Municipal. (CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1967).

A tabela a seguir mostra os valores destinados à manutenção de bolsistas nas escolas particulares da cidade, incluindo tanto o gasto com o projeto de bolsas como um todo quanto o valor destinado a cada escola:

Tabela 3 – Manutenção de alunos pobres em instituições particulares de ensino

Ano	Nº de escolas atendidas	Valor destinado a cada instituição em Cr\$	Total destinado ao programa de bolsas em Cr\$
1950	3	5.000,00	15.000,00
1954	3	25.000,00	75.000,00
1958	5	32.000,00	160.000,00
1960	5	40.000,00	200.000,00
1961	5	*	300.000,00
1962	6	120.000,00	720.000,00
1963	6	300.000,00	1.800.000,00

(*) No ano em questão as instituições receberiam valores diferentes entre si distribuídos da seguinte forma: Colégio Nossa Senhora, Cr\$ 40.000,00; Colégio Brasil Central, Cr\$ 120.000,00; Liceu de Uberlândia, Cr\$ 50.000,00; Conservatório Municipal, Cr\$ 40.000,00; Ginásio Cristo Rei, Cr\$ 50.000,00.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 1647. Projeto n. 1363. 06 de Dezembro de 1961.

Não bastassem os subsídios e contribuições para manutenção de bolsistas, as instituições particulares de ensino poderiam ser favorecidas com cancelamentos de débitos. É o caso do Instituto Irmã Tereza Valsé, que teve o débito de mil quinhentos e catorze cruzeiros novos e setenta centavos, referente a um calçamento, cancelado por um projeto de lei de 1968. As comissões que analisaram o projeto de lei foram favoráveis ao cancelamento justificado tanto pelas dificuldades financeiras do colégio quanto pelos “serviços prestados à comunidade”. (CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1968)

Tratar a atuação das instituições privadas como “serviço prestado à comunidade” foi postura recorrente nos processos da Câmara Municipal de Uberlândia, de forma que não existe menção à busca pela lucratividade inerente às instituições particulares. Em função desta postura, muitos processos tratavam justamente do título de instituição de interesse público atribuído às escolas particulares em funcionamento no período, como no caso do Colégio Tiradentes, Colégio Inconfidência, Colégio Anchieta, Instituto Irmã Tereza ValséPantellini, Gynásio Presidente Kennedy, Colégio D. Pedro I e Colégio HelenaAntipoff. Na maioria dos processos que tratavam disso, afirma-se que as instituições foram declaradas de utilidade pública “pelos relevantes serviços que vem prestando à comunidade”. (CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1964b).

No processo que declarava ser de utilidade pública o Colégio Tiradentes, mais especificamente no parecer da comissão de Finanças, Justiça e Legislação, o colégio era descrito como “uma instituição, que é útil, por si só, a toda Uberlândia, pois representa mais uma trincheira que se levanta em prol da Cruzada do Ensino”. (CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1965).

Ao declararem o colégio como sendo de utilidade pública, útil a toda a cidade, os pareceristas mascaravam a restrição do acesso ao ensino de qualidade, ocasionada pela escassez das instituições públicas e o descaso a que estavam submetidas, argumentando que o fato destas instituições receberem alguns bolsistas era prova de sua importância a nível local. Ora, elas recebiam uma quantidade insignificante de alunos, visto que estava previsto um mínimo de 12 bolsistas por escola particular, sobretudo

diante do crescimento demográfico e aumento da demanda por escolas, além disso, não o faziam gratuitamente.

A construção e manutenção dos prédios escolares foi tema também recorrente nos processos sendo possível afirmar que o período a que se refere a pesquisa foi marcado pela expansão da rede pública de ensino, sobretudo no que dizia respeito às escolas municipais.

Para a construção de uma escola no bairro Cazeca, em processo do final de 1963, foi determinado o gasto de Cr\$ 1.500.000,00 a serem incluídos no orçamento para 1964, de forma que se daria por meio de contratação de serviços e obediência ao padrão de escolas urbanas da época. O projeto foi apreciado pelas comissões de Finanças, Justiça e Legislação; Educação; e Viação e Obras Públicas, e aprovado por todas elas, de modo que esta última afirma que a construção da escola seria de “grande utilidade, para que seja possível aos menos favorecidos, estudar pelo menos o curso primário”. (CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1963b).

O texto da comissão reafirma a tendência da época em conceber a restrição dos ditos “menos favorecidos” ao ensino primário; se a construção da escola no bairro Cazeca viria a contribuir para que a meta fosse atingida, significa que mesmo os vereadores reconheciam que mesmo o primário não era, ainda, acessível a todos.

Um projeto também do ano de 1963, autorizando a construção de cantinas nas escolas, distingue-se dos demais por não apresentar o tom consensual que neles predomina visto que existem discordâncias entre os pareceres das comissões. O projeto decretado pela Câmara autorizava o prefeito a construir cantinas nos grupos escolares da cidade, de forma que a despesa prevista em Cr\$ 2.500.000,00 seria incluída na proposta orçamentária para 1964. Nas Justificativas para o Projeto, afirmava-se ser de grande importância para as crianças, sobretudo as menos favorecidas, cujos pais não podem arcar com as despesas, constituindo-se em medida de grande “interesse social”. A Comissão de Educação e Saúde também se declarou favorável ao projeto, pois possibilitava alimentar os mais necessitados e manter maior disciplina nos intervalos de recreio, afirmando a necessidade de estender a iniciativa aos grupos rurais do município. O parecer da Comissão de Viação e Obras Públicas, datado de 13 de novembro de 1963, era favorável á construção das cantinas. Já a Comissão de Finanças, Legislação e Justiça

apontava alguns problemas a serem esclarecidos, sobretudo porque não havia referência ao fornecimento da merenda:

Sabemos que grande parte dos alunos que frequentam as escolas municipais padece de grande deficiência de alimentação.
(...) o Município é obrigado a dispendir 20%, no mínimo, de sua receita, com a manutenção e desenvolvimento do ensino.
[o projeto] nada dispõe sobre o fornecimento de alimentação e merenda aos alunos dos grupos, embora a isso faça referência a justificativa. (CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1963c).

Ainda no parecer desta comissão, alegava-se que a medida seria inútil sem a merenda, o projeto deveria ser votado após estudo da viabilidade da merenda, o que colocava a necessidade de consulta ao Executivo para averiguar a disponibilidade de recursos financeiros, visto que os vereadores acreditavam não haver verba para a merenda. A partir dos pareceres das comissões percebo a ênfase na interdependência entre educação, saúde e ordem, mas fica evidente que havia várias limitações no que se refere aos esforços dos políticos no sentido de assegurar a efetivação destes objetivos. Fica claro que até o ano de elaboração do projeto não era fornecida a merenda nas escolas, o que comprometia tanto o cuidado com a saúde da população, quanto a efetivação dos objetivos para a educação, visto que os alunos poderiam ter seu “rendimento” prejudicado em decorrência de doenças ligadas à má alimentação.

Em determinado processo de 1964 foi estabelecida a descaracterização de um terreno, onde se situava a Praça N. Sr.^a do Carmo, de forma que o terreno seria posteriormente doado ao governo do Estado de Minas para a construção de um grupo escolar. O processo em questão, bem como outros por mim analisados, apontam para a recorrência com que o município auxiliava nos gastos com os grupos escolares que eram de responsabilidade do governo estadual que, por mais que viesse a gastar com a construção do grupo, estaria isento das despesas de aquisição do terreno. Nas “Justificativas do projeto” consta ainda que previa-se a construção de um grupo de 8 salas de aula, e que o terreno ultrapassava os limites da praça. As comissões de Saúde e Assistência; Finanças, Justiça e Legislação; e Viação e Obras Públicas se posicionaram favoravelmente ao projeto de lei, de forma que esta última afirmava que a referida praça encontrava-se em situação de abandono e que a construção do prédio colaboraria com a “diminuição do índice de analfabetismo existente no Brasil”. A comissão fala em diminuição, de forma que a erradicação do analfabetismo ainda não parecia estar no

horizonte dos governantes locais. (CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1964a).

Neste processo já não se fala mais em Comissão de Educação e Saúde, e a partir dele passa a ser mencionada a Comissão de Saúde e Assistência, mas esta comissão recorrentemente opinou nos assuntos de educação pública.

Em 1964, o prefeito encaminhou à Câmara Municipal um projeto de lei tratando da reforma do Colégio Municipal de Uberlândia, de forma que objetivava a construção de novas salas de aula. Na justificativa, o prefeito afirma que a necessidade da reforma era incontestável e também que estavam “certos de que as despesas destinadas são, relativamente, pequenas, considerando-se o fato de que o corpo docente prestará seus serviços independentemente de qualquer remuneração.” (CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1964b).

A comissão de Educação e Saúde foi favorável ao projeto, mas exigiu sua reelaboração por conta de imprecisões. Mas nem mesmo esta comissão contestou o argumento de que os professores trabalhariam sem remuneração. Assim, além de um sistema de ensino público de acesso restrito, os profissionais da área eram desvalorizados a ponto de se cogitar que trabalhassem sem remuneração.

Outro processo autorizava a prefeitura a arcar com as despesas de limpeza de uma dos grupos escolares estaduais da cidade, o Grupo Escolar Dr. Duarte Pimentel de Ulhôa, que também recebia as contribuições para os caixas escolares. Consta no referido documento:

Art. 1º. Fica o Senhor Prefeito Municipal de Uberlândia autorizado a realizar os serviços de limpeza do prédio do Grupo Escolar Dr. Duarte, nesta cidade.

Art. 2º. Poderá a Prefeitura dispender nesses serviços até a importância de Cr\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil cruzeiros), podendo o senhor Prefeito Municipal abrir, oportunamente, o crédito necessário até este limite.

§ único- Deverá o senhor Prefeito Municipal promover as diligências necessárias para o reembolso, pelo Estado, da quantia dispendida no cumprimento desta lei. (CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1957)

O projeto da autoria de Pedro Schmidt Filho continha ainda uma prestação de contas do serviço prestado, de forma que fica claro que não se tratou apenas de uma limpeza, foi feita uma reforma, sobretudo no que se refere aos banheiros da escola. A prestação de contas incluía a mão-de-obra e o material gasto, totalizando Cr\$ 62.000,00 gastos. Se conforme aparece no projeto, o município teria o reembolso da quantia gasta,

acredito que a Câmara Municipal decidiu que a prefeitura arcaria com as despesas da escola, pertencente à rede estadual, pela urgência da reforma. O fato de que foram feitos vários reparos, ao invés de apenas a limpeza, aponta para o provável cumprimento parcial das obrigações do governo estadual, o que reforçaria a idéia de que a cidade não recebia a devida atenção do governo do estado mineiro. De qualquer forma, Selmane Oliveira destaca a idéia de separação do estado de Minas Gerais como construção ideológica das classes dominantes do município, que era mobilizada para que suas demandas, relativas a interesses específicos, fossem interpretadas como demandas de toda a cidade diante do “abandono” pelo estado. O autor reforça seu argumento ao lembrar que essa concepção era maleável o bastante para que os dirigentes uberlandenses declarassem amplo apoio a políticos mineiros que se destacaram a nível nacional, como no caso de JK, Magalhães Pinto, e Rondon Pacheco, tanto quando ele foi deputado, quanto na condição de governador.

Documentos oficiais da época apontam para uma insatisfação em meio à elite e os dirigentes da cidade que acreditam que o estado deixava a desejar no repasse de verbas para a cidade. A despeito desta deste clima de insatisfação, convênios e parcerias significativas foram estabelecidas entre estado e município como se percebe no processo a seguir:

Fica aprovado o convênio celebrado em 31 de agosto de 1968, entre a Prefeitura Municipal de Uberlândia e o governo do Estado de Minas Gerais, para instalação, em salas de aulas de grupos Escolares da cidade, nos dois primeiros anos, até 24 turmas de 1ª e 2ª séries ginasiais, anexas ao Colégio Estadual de Uberlândia. (CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1968b).

Nos termos do convênio consta que nos dois primeiros anos de funcionamento das turmas o ônus do mesmo seria de exclusiva responsabilidade da Prefeitura Municipal de Uberlândia, incluindo pagamento de salários, manutenção e compra de materiais. Já a partir de 1971 as despesas recairiam exclusivamente sobre o Estado de Minas Gerais. Para o preenchimento das vagas, seriam adotados os procedimentos convencionais, mas de forma que tivessem prioridade os alunos residentes nas proximidades da escola. Determinou-se a gratuidade do ensino nas turmas anexas, mas seria “permitida” uma cobrança na matrícula que não poderia ser superior a 20% do salário mínimo vigente na região, de forma que os valores adquiridos desta forma

seriam aplicados pela diretoria das escolas. Seria dada preferência aos professores com licenciatura e/ou registro permanente para preenchimento das vagas; e o diretor por sua vez, seria indicado pelo diretor do Colégio Estadual de Uberlândia; a definição dos currículos seguiria as determinações legais vigentes para as escolas já estabelecidas.

A documentação analisada ao longo desta pesquisa não permite afirmar com precisão às quantas andava o repasse de verbas do governo estadual para o município. O que se percebe é uma confluência de tendências e concepções sobre a educação. As formas de assistência aos alunos carentes são defendidas tanto no âmbito estadual quanto no federal; a maioria das medidas tomadas tem mais caráter paliativo do que um enfrentamento efetivo dos problemas, como no caso acima, já que foi preferível utilizar instalações já existentes ao invés de construir novas escolas. Ainda assim, se as turmas eram de “magistério”, termo que foi paulatinamente substituindo “ensino secundário”, constituía obrigação do governo estadual responsável por este nível de ensino, de forma que a afirmação de que havia um desequilíbrio no repasse de verbas e divisão das obrigações do estado e do município não era de todo infundada. Ainda assim, as comissões que avaliaram a proposta aprovaram-na alegando sobretudo que era de grande interesse para o município.

Além do auxílio aos caixas escolares, a prefeitura contribuiu para com os grupos escolares, tanto públicos quanto privados, com verbas a serem destinadas à participação de representantes dos grupos em eventos e para a realização de atividades comemorativas. No ano de 1965 o Grupo Escolar Bueno Brandão completava cinquenta anos de existência e para as comemorações foi montada uma comissão. Na câmara, foi elaborado um projeto de lei para a concessão de auxílio à referida comissão no valor de Cr\$ 300.000,00. Na justificativa do projeto, são feitas alusões aos serviços prestados à comunidade local pelo grupo escolar em questão, mas também existe a denúncia sobre as más condições em que estaria funcionando. Esta denúncia não era gratuita, pois se tratava de uma instituição sob a responsabilidade do governo estadual, e este tipo de declaração, quando aparecia nos documentos da câmara, tratava basicamente das escolas estaduais. Assim, o município concedia auxílio ao grupo estadual na ocasião de seu “cincoentenário”.

As comissões que analisaram o projeto que concedia auxílio às comemorações do aniversário do grupo escolar foram de parecer favorável, de forma que eu destaco a forma como se pronunciou a Comissão de Finanças, Justiça e Legislação:

O grupo Bueno Brandão, no setor do ensino em Uberlândia, é um brasão de glórias imperecíveis, pois tem concorrido, exuberantemente, para o maior índice cultural de nossa terra. Depois de cumprido as exigências legais, aprove-se, pois, o projeto, como homenagem, principalmente, à velha casa de ensino primário, ao ensejo de seu festejado cinquentenário. (CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1965b).

Por mais que o imperativo da formação para o mercado de trabalho no que se refere às funções da educação se tornava cada vez mais forte conforme se caminhava dos anos 50 para o final da década de 60, a concepção de educação como difusão de cultura ainda era significativa, como no caso do processo supracitado. Também destaco a tendência a tratar as instituições de ensino, fossem elas públicas ou privadas, enquanto organismos isolados, de forma que no caso dos grupos, era atribuída a cada um uma importância, qualidades e funções particulares. Parece não ser significativa a inserção dos mesmos no conjunto da educação pública, por exemplo, bem como não parecia haver esforços no sentido de planificar as condições do ensino público.

Sem desconsiderar as particularidades de cada processo analisado, é possível apontar algumas questões que marcaram o conjunto deles, sinalizando para as concepções que nortearam o tratamento atribuído à educação pública no município de Uberlândia no período de 1950 a 1970.

O primeiro deles é o fato de que, para o poder municipal, a distinção entre educação pública e educação privada não era nítida, sobretudo se levarmos em conta o volume de gastos com as instituições privadas; o gasto com o projeto de bolsas foi, em muitos processos, superior ao gasto com o auxílio aos caixas escolares, por exemplo.

A visão sobre a educação era claramente classista, de forma que haviam níveis de ensino e tipos de instituição próprios a cada camada social. Aos economicamente privilegiados estava garantida a entrada nas instituições privadas, dotadas de status e reconhecimento na cidade, mas também poderiam estudar no Ginásio Uberlandense, hoje E. E. de Uberlândia, a instituição pública de ensino que é até hoje marcada pela memória instituída de uma escola onde estudaram “ilustres” cidadãos uberlandenses. Como evidência de que ali estudavam alunos de condição social privilegiada, a escola

não recebia auxílio ao caixa escolar, e é possível que não possuísse este fundo destinado a auxiliar alunos carentes na compra de materiais escolares e uniformes.

Para o restante da população bastaria o ensino primário público, pois este era o nível que o governo se comprometia a manter gratuitamente para toda a população, e nem isso acontecia de fato, pois nos processos consta que o nível de analfabetismo era ainda alarmante. Poderiam também estudar em instituições “filantrópicas”, que muitas das vezes também atendiam a alunos que pagavam mensalidades, mas havia diferença no tratamento dispensado aos que estudavam gratuitamente. Estes últimos recebiam geralmente uma instrução voltada para o mercado de trabalho, e no caso das meninas, para o trabalho doméstico. Com alguma “sorte” poderiam ganhar uma bolsa em escolas particulares, mas para isso deveriam destacar-se e se mostrarem produtivos, superando as condições que dificultavam o “rendimento” no ensino público.

Por fim, o nível de comprometimento dos poderes públicos coma educação era restrito, pois muitas das medidas tomadas e verbas direcionadas a ela eram tidas como “contribuição”, “auxílio”, e até mesmo “doação”. Na maioria das vezes foi chamada de “instrução”, o que aponta para os objetivos associados ao ensino público, neste caso, predominando a capacitação mínima para o mercado de trabalho, ao invés da formação ampla que a educação poderia oferecer se encarada como prática social construtora da autonomia dos grupos e indivíduos.

Longe de caracterizarem um passado distante, as questões levantadas ao longo da pesquisa apontam para obstáculos e desafios ainda a serem vencidos, o que dependerá da mobilização dos mais diferentes setores no que se refere à melhoria da educação pública. Mas antes da definição das medidas a serem efetivamente tomadas, é preciso provocar o debate e redefinir as concepções que norteiam a forma de encarar a educação pública, tanto da parte dos governantes eleitos quanto dos vários outros setores da sociedade.

Referências

ARAUJO, José Carlos Souza & TEODORO, Júlio César Orias. Instituto Teresa ValséPantellini: Compromisso com a formação da mulher (1959- 1971). *Cadernos de História da Educação*. v. 8, n. 2. Edufu: Uberlândia. Jul. / dez. 2009. pp. 341-363.

CAIXAS escolares. *A Tribuna*, Uberlândia, 20 abr. 1934. n. 786. p. 4

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 2654. Projeto n. 2260. Altera a Lei nº 1178 de 06 de Março de 1964 – Concede isenção de impostos às indústrias que se instalarem na Cidade Industrial de Uberlândia, Minas e outorga incentivos fiscais. Uberlândia, 13 de Agosto de 1968.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 233, projeto n. 112. Proposta orçamentária para o exercício de 1950. Quadro comparativo da despesa realizada no exercício de 1948 com as dotações da proposta para 1950. Uberlândia, 17 de outubro de 1949.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 769. Projeto n. 621. Parecer da Comissão de Educação e Saúde. Sala das comissões. Uberlândia, 26 de Agosto de 1954.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 769. Projeto n. 621. Emenda substitutiva. Uberlândia, 3 de novembro de 1954.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 829, projeto 643. Proposta Orçamentária para o ano de 1955. Quadro comparativo das dotações do orçamento de 1954 com as da proposta para 1955. Uberlândia, 1954.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 1103, projeto 869. Uberlândia, 01 de junho de 1957.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 1333. Projeto n. 1083. Proposta orçamentária para o exercício de 1960. Uberlândia, 1959.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n.1666, projeto n. 1380. Uberlândia, 1962

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 1857. Projeto n. 1561. Emenda. Uberlândia, 1963.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 1911. Projeto n. 1616. Parecer da Comissão de Viação e Obras Públicas. Sala de Seções, Uberlândia, 26 de Novembro de 1963.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 1852. Projeto n. 1556. Parecer Comissão de Finanças, Legislação e Justiça. Sala das Comissões, Uberlândia, 6 de Novembro de 1963.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 1985. Projeto n. 1686. Justificativa. Sala das Sessões, Uberlândia, 12 de maio de 1964.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 1988, projeto n. 1689. Declara de utilidade pública o Colégio Anchieta. Câmara municipal de Uberlândia, 26 de maio de 1964.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 1983. Projeto n. 1684. Parecer da Comissão de Viação e Obras Públicas. Sala das Comissões, Uberlândia, 13 de maio de 1964.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 2182. Projeto n. 1852. Parecer da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação. Sala das Comissões, Uberlândia, 13 de maio de 1965.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 2004. Projeto n. 1685. Justificativa. Prefeitura Municipal de Uberlândia, 3 de junho de 1964. Raul Pereira de Rezende, Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 2331, projeto n. 1991. Uberlândia, 29 de novembro de 1966.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 2364. Projeto n. 2019. Proposição de lei n. 20/69. Uberlândia, 12 de março de 1967.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 2126. Projeto n. 1833. Parecer da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação. Sala das Comissões, 13 de maio de 1965.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 2678. Projeto n. 2278. Exposição Justificativa. Uberlândia, 7 de agosto de 1968.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 2720, projeto n. 2311. Aprova convênio com o Governo do Estado de Minas Gerais. Uberlândia, 18 de fevereiro de 1968.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 2734, projeto 2320. Estabelece o quadro do funcionalismo público. Uberlândia, 13 de novembro de 1968.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 2946. Projeto n. 2507. Proposta orçamentária para o ano de 1971. Uberlândia, 28 de novembro de 1970.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 839, projeto n.653. "Prefeito concede auxílio a Caixas escolares." Uberlândia, 30 de novembro de 1954.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 919, projeto n. 724. Exposição Justificativa. Uberlândia, 28 de setembro de 1955.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Parecer da Comissão de Educação e Saúde. Processo n. 1238. Projeto n. 992. Uberlândia, 21 de outubro de 1958.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Exposições Justificativas. Processo n. 1238. Projeto n. 992. Uberlândia, 21 de outubro de 1958.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Projeto n. 1877. Uberlândia, 22 de Dezembro de 1963.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n.2604. Projeto n. 2222. Proposição de lei n. 1168. Uberlândia, 05 de março de 1968.

CRESCENTINI, Maria Rita. Um pouco de nossa história. São Paulo: edição da Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, 1980. p. 26-27 apud RAMOS, Lucélia Carlos & INÁCIO FILHO, Geraldo. A atuação da Igreja Católica na

educação uberlandense: o Colégio Nossa Senhora das Lágrimas. *Cadernos de História da Educação*. v. 1, n. 1. Edufu: Uberlândia. Jan. / dez. 2002. p. 68.

FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? In. : *História e Perspectivas*. n.6. Uberlândia, Jan./Jun. 1992.pp. 5-23.

GRAMISCI, Antônio. A formação dos intelectuais. In. : _____. *Os intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.

OLIVEIRA, Selmane Felipe de. Crescimento urbano e ideologia burguesa: estudo do desenvolvimento capitalista em cidades de médio porte; Uberlândia (1950-1985). Uberlândia:Rápida editora, 2002.

OLIVEIRA, Selmane Felipe de. *Minas Gerais na ditadura militar: Lideranças e Práticas Políticas (1971- 1983)*. Uberlândia: Rápida Editora, 2001.

THOMPSON, Edward Palmer. Folclore, Antropologia e história social. In.: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

Notas

¹Graduado em História – Bacharelado e Licenciatura – pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: leonardosr13@yahoo.com.br. O presente artigo baseou-se na monografia de conclusão de curso: RODRIGUES, Leonardo dos Santos. *Educação Pública: Concepções e Projetos – Uberlândia (1950-1970)*. 2010. 133 fls. (Monografia – Bacharelado e Licenciatura) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia-MG, 2010.

²As constituições que vigoravam no período a que se refere a pesquisa são: BRASIL. Constituição (1946). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. São Paulo: Edições e Publicações Editora Brasil, [19--]. BRASIL. Constituição (1967). Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Atlas, 1982. MINAS GERAIS. Constituição (1947). Constituição do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 1947. MINAS GERAIS. Constituição (1967). Constituição do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Serviço de Documentação e Divulgação, 1979.

³No artigo em questão discute-se a dificuldade de delimitação entre cultura popular e cultura dominante, a diferença entre nomeação de classe e a consciência dela, que não necessariamente correspondem entre si, e o recorrente uso da expressão “vontade do povo” como forma de escamotear as diferenças de interesse e reforçar práticas de dominação.FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? In. : *História e Perspectivas*. n.6. Uberlândia, Jan./Jun. 1992.pp. 5-23.